

22ª Reunião da Coordenação Executiva do Conselho das Cidades

Dias 05 e 06/02/12 – das 10:00h. às 17:00h. Ministério das Cidades.

PARTICIPANTES:

Coordenação: Egláisa Cunha/SECONCID.

Poder Público Estadual: Abel Ferreira /FNSH DU e Nelma Lisboa/ Gov. Sergipe.

Poder Público Municipal: Maria Inês Damasceno /ABM

Entidades do Movimento Popular: Bartíria Lima/CONAM, Maria Clara Pereira/MNLM, Neide Carvalho/UNMP, Paulo Cohen/ CMP e Usânia Gomes/ CMP

Entidades dos Trabalhadores: Jair Ferreira/FENAE

Empresários: Herivelto Bastos/ANAMACO.

Organizações não Governamentais: Mércia Alves/CENDHEC.

Ministério das Cidades:

Assessores Técnicos: SNSA – Alexandre Godeiro; SNH - Edson Leite Ribeiro e Júlia Bittencourt; SNPU – Leticia Miguel; SEMOB – Magda Hennes.

Seconcid: Eduardo Amaral, Graziela Brandão, Leonardo Palmeira, Luiz Carlos Barreto Pimenta, Rose Cristine e Tereza Góes.

Pauta:

- 1 – Calendário Anual: reuniões da Coordenação-Executiva e reuniões do Concidades;**
- 2 – Definições iniciais da a 5ª Conferência Nacional das Cidades.**
- 3 - Programação da 32ª Reunião do Concidades, prevista para os dias 29 de fevereiro, 1 e 2 de março de 2012.**
- 4 – Calendário para o funcionamento dos GT's.**
- 5 – Andamento das Resoluções Recomendadas na 31ª Reunião.**

A Secretária-Executiva Substituta, Egláisa Cunha se apresentou à Coordenação e convidou os presentes a participarem da cerimônia de transmissão de cargo do Ministro das Cidades. Argumentou-se que a pauta da Executiva era independente deste fato político, mas houve, também, posição contrária, de que era papel do Conselho ter uma representação na cerimônia.

Foi lembrada a demanda de uma audiência com a Presidência da República para discutir o desmonte do MCidades e o papel do Conselho. Foi sugerida a redação de um documento ou manifesto de apoio a esse encontro.

Observou-se que os temas planejamento e orçamento são prioritários e não podem ser adiados, para evitar o que aconteceu no ano anterior, quando foram necessários alguns suplementos no orçamento do Conselho para complementar as suas atividades anuais.

1- Calendário Anual: reuniões da Coordenação-Executiva e reuniões do Concidades.

Discutiu-se se haveria alguma dilatação dos prazos em decorrência da fase de transição pela qual o Ministério estava passando, mas foi mantida a data da 32ª Reunião Ordinária do Conselho. Quanto às reuniões da Coordenação Executiva, definiu-se que ocorrerão duas em cada período entre as reuniões do Conselho, a primeira para debater os encaminhamentos da

reunião ordinária passada e a segunda para escolher a programação da reunião ordinária seguinte.

- O Fórum Urbano Mundial vai ser realizado no período de 3 a 5 de setembro, em Nápoles.
- Lembrou-se, ainda, que o mandato da atual composição da Coordenação Executiva termina em junho.

Segue o calendário deliberado na Reunião:

Data	Reunião
FEVEREIRO 06 e 07	22ª Coordenação Executiva ConCidades
MARÇO 29/02 a 02/03	32ª ConCidades
ABRIL 11 e 12	23ª - Coord. Executiva ConCidades
MAIO 08 e 09	24ª - Coord. Executiva ConCidades
JUNHO 04 a 06	33ª ConCidades
JULHO 03 e 04	25ª - Coord. Executiva ConCidades
AGOSTO 07 e 08	26ª - Coord. Executiva ConCidades
SETEMBRO 10 a 12	34ª ConCidades
NOVEMBRO 06 e 07	27ª - Coord. Executiva ConCidades
DEZEMBRO 4 a 6	35ª ConCidades

OBS: Este calendário foi posteriormente alterado pelo Pleno, na 32ª Reunião do Concidades

2- Definições iniciais da a 5ª Conferência Nacional das Cidades.

Para evitar os desgastes ocorridos na última Conferência, e diante do grande distanciamento e desconhecimento do que se passa nas bases, foi salientada a importância em incorporar os estados, desde o início do processo organizacional, para que possa haver uma construção conjunta das etapas e conteúdos da Conferência. Uma das questões que deve ser trabalhada é a realidade da falta de boa vontade dos estados em levar a efeito as conferências e, também, o relacionamento com os conselhos, levando em conta suas necessidades e problemas.

Foi solicitada, especificamente, a inclusão dos municípios, que são a ponta para onde se dirigem as políticas públicas. Os municípios devem organizar pré-conferências, para garantir o melhor debate dos temas, e que isto deve estar previsto no Regimento da Conferência. A sugestão foi contestada sob o argumento de que o momento é de foco nos estados, porque se houver dispersão vai ser difícil lidar com a quantidade de propostas que serão apresentadas.

Debateu-se que o regimento deve ser aprovado em junho, já com um indicativo que envolva os estados e municípios nas propostas para o lema e o tema. Pensou-se na produção de documentação ou questionário, voltados para as pontas, a fim de que o Concidades possa conhecer melhor suas necessidades. Lembrou-se a utilidade do uso de ferramentas de comunicação como blogs e Facebook para envolver toda a sociedade. Assinalou-se a importância de serem enviadas mensagens com orientações para os governos estaduais e municipais.

Em seguida, observou-se a necessidade de profissionalizar determinados aspectos da organização da conferência, e que vai ser preciso a contratação de especialistas para a elaboração do texto-base e do caderno de texto. Poderia haver inovações quanto ao formato da conferência, introduzindo relatos de experiências e casos, que podem contribuir para tornar o evento mais proveitoso e interessante para o público.

A fim de clarear o processo da escolha do tema e lema, seria interessante efetuar uma reflexão, abordando aspectos, como:

- objetivos e finalidades da 5ª Conferência;
- como se efetiva a política produzida pelo Conselho;
- a diversidade de interesses dos estados, e entre estados e a União - como nacionalizar a discussão?
- enxugamento das propostas das conferências;
- ter como modelo o processo dos planos municipais de saneamento e habitação;
- desvinculação das eleições dos conselheiros para enriquecer o debate;
- o tema da conferência poderia ter certo componente de regionalização (o Lema seria mais amplo);

Sugestão de tema “A efetivação dos Conselhos”, compreendendo questões como: participação social, monitoramento...; o papel dos municípios na implementação da política; fortalecimento do controle social. Mesmo o tema sendo semelhante ao da última Conferência, é preciso insistir na rediscussão do controle social, marcando os 10 anos do Conselho. Os conflitos fundiários na pré-copa constitui outro importante e pertinente objeto de discussão na conferência, perpassando as conferências preparatórias das cidades-sede.

Em seguida, passou-se às etapas do processo, com as opções que devem ser avaliadas. Foi lembrado o modelo das primeiras conferências, com a criação do GT de preparação que se ocupou das primeiras definições, como a redação do regimento da conferência, que por sua vez cria a Coordenação Executiva da Conferência, e o Lema e o Tema. Entretanto, levando-se em conta que o Concidades passou a ser o responsável pela convocação das conferências, nas duas últimas houve a implementação direta da Coordenação Executiva da Conferência, que se encarrega por todas estas etapas. Deliberou-se, ao final, que as questões apresentadas devem representar indicativos para serem decididas pelo Pleno.

Observou-se, finalmente, que ainda não foi publicado o Caderno de Resoluções da 4ª Conferência Nacional das Cidades.

3 - Andamento das Resoluções da 31ª Reunião.

- Foi apresentada a situação em que na Resolução Normativa nº 13 que cria normas de funcionamento para os GT, que continha um possível equívoco de redação que alterava o sentido da resolução, utilizando a palavra comitê em lugar de GT. A questão foi solucionada. Deliberou-se que a reunião do Conselho teria um ponto de pauta para os GTs se reunirem e se organizarem conforme as orientações da Resolução Normativa nº 13.
- Foi explicado que a proposta de resolução apresentada na 31ª Reunião, referente à reforma do Código de Processo Civil, não teve o prosseguimento porque em vista de problemas ocorridos no curso do processo de homologação, não foi possível finalizar antes do prazo regimental do Congresso Nacional para a entrega de emendas.
- A Conjur opinou pela não homologação da Resolução Recomendada nº 130, que solicita posicionamento da Casa Civil sobre a realização da Consulta Pública do Plansab. Os membros do Comitê presentes à Reunião aceitaram o parecer emitido pela Conjur, no sentido de convocar o GTI Saneamento, para que este como o grupo competente, se posicione quanto ao atraso da Casa Civil.

4 - Programação da 32ª Reunião do Concidades, prevista para os dias 29 de fevereiro, 1 e 2 de março de 2012.

Para a 32ª Reunião do Conselho, foi sugerido como Tema de Conjuntura a Conferência Rio + 20. Abordou-se o documento oficial, que foi avaliado como muito superficial, sem um tratamento adequado do tema desenvolvimento urbano que deveria ser pautado com a justa dimensão da cidade no debate. O texto redigido pelo Ministério ocupou apenas um parágrafo. Houve um esclarecimento de que o documento já veio pronto na reunião em que a Comissão Internacional discutiu o evento. As colaborações das Secretarias técnicas foram concebidas de forma fragmentada, quando o recomendável seria uma manifestação integrada do Ministério.

Sugeriu-se que na Reunião do Conselho fosse feita uma exposição por algum representante do Comitê Facilitador, que organiza o Fórum Paralelo da Cúpula dos Povos, além de apresentações dos Ministérios das Relações Exteriores e do Meio Ambiente. Para tanto, os convites seriam dirigidos aos seus respectivos ministros para que fizessem as indicações mais apropriadas.

Quanto às reuniões dos comitês técnicos, a representante do Comitê de Mobilidade relatou as circunstâncias que envolveram a transferência do Programa de Acessibilidade para a SNAPU. O Programa recebia poucos recursos, geralmente eram supridos por emendas parlamentares. A proposta da Semob foi alterada pela Secretaria de Direitos Humanos, que definiu seu formato final, inclusive a sua transferência para a SNAPU. A Coordenação Executiva deliberou que a questão fosse levada para o Comitê de Mobilidade e relatada ao Pleno

Para a reunião do Comitê de Habitação foram feitas as seguintes sugestões:

- apresentação do Banco do Brasil sobre o Minha Casa, Minha Vida;
- programa do FGTS envolvendo o setor de materiais de construção;
- obras paradas das Entidades - desde dezembro nada foi assinado, criando grandes dificuldades para as populações envolvidas;

- balanço do PAC e MCMV com pesquisas qualitativas e quantitativas;
- discussão sobre a Portaria nº 610/2011, que dispõe sobre a seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida. Alguns critérios da Portaria trazem dificuldades para as entidades;
- posicionamento do ConCidades sobre o episódio do Pinheirinho;

Após o debate a programação da 31ª Reunião do Conselho das Cidades foi montada no seguinte formato:

1º Dia 29/02	9h às 10h	ABERTURA: Apresentação do Ministro Aginaldo Ribeiro e leitura da carta enviada pelo Ex-Ministro das Cidades Mário Negromonte. Aprovação da Pauta da Reunião do ConCidades
	10h às 13h	TEMA DE CONJUNTURA: Rio + 20: Reforma Urbana e Meio Ambiente
		Ministério Meio Ambiente Ministério das Relações Exteriores Comitê Facilitador da Rio + 20: Sra. Moema Miranda, Diretora do IBASE
	13h às 14h30	Almoço
	14h30 às 16h	Leitura e aprovação da Ata da 31ª Reunião do ConCidades. Informe da 5ª CNC e criação do GT de Preparação da 5ª CNC (com 11 titulares e 11 suplentes).
	16h às 16h30	Intervalo
	16h30 às 19h	REUNIÃO DOS SEGMENTOS.
2º Dia 01/03	9h às 17h	REUNIÃO DOS COMITÊS TÉCNICOS
	17h às 19h	Sistematização das Resoluções (Coordenação executiva da Comissão)
3º Dia 02/03	9h às 10h30	Planejamento dos GT's, conforme Resolução Normativa 13/2011
	10h30 às 13h	RELATO DOS COMITÊS TÉCNICOS
	14h30 às 17h30	DELIBERAÇÕES DAS RESOLUÇÕES E ENCAMINHAMENTOS FINAIS.

Informes:

- O conselheiro Jair Ferreira solicitou registrar que foi representante do ConCidades na Conferência Distrital das Cidades – Extraordinária, realizada dias 9, 10 e 11 de dezembro em Brasília.
- Informe sobre demanda interna do Movimento Nacional da Luta pela Moradia analisada pela Conjur, decidindo, o grupo, pelo arquivamento do processo e resposta ao solicitante.

- Relato sobre a participação de conselheiros no Fórum Social Temático, onde houve um encontro com a Presidenta Dilma, e foi lido um texto que contestava o conceito de “economia verde”.
- Relato de encontro do MNLM sobre cooperativismo.
- Apresentação do orçamento do Concidades de 2012 (aguardando a definição dos cortes). Nesta ocasião comentaram-se as perdas causadas por desistência de viagens depois de confirmadas. Foi solicitado um relatório sobre a recorrência deste comportamento.
- Foi solicitada uma estimativa de despesas com duas reuniões anuais para cada GT, assim como pela participação dos conselheiros na Conferência Rio + 20 e Fórum Urbano Mundial.